

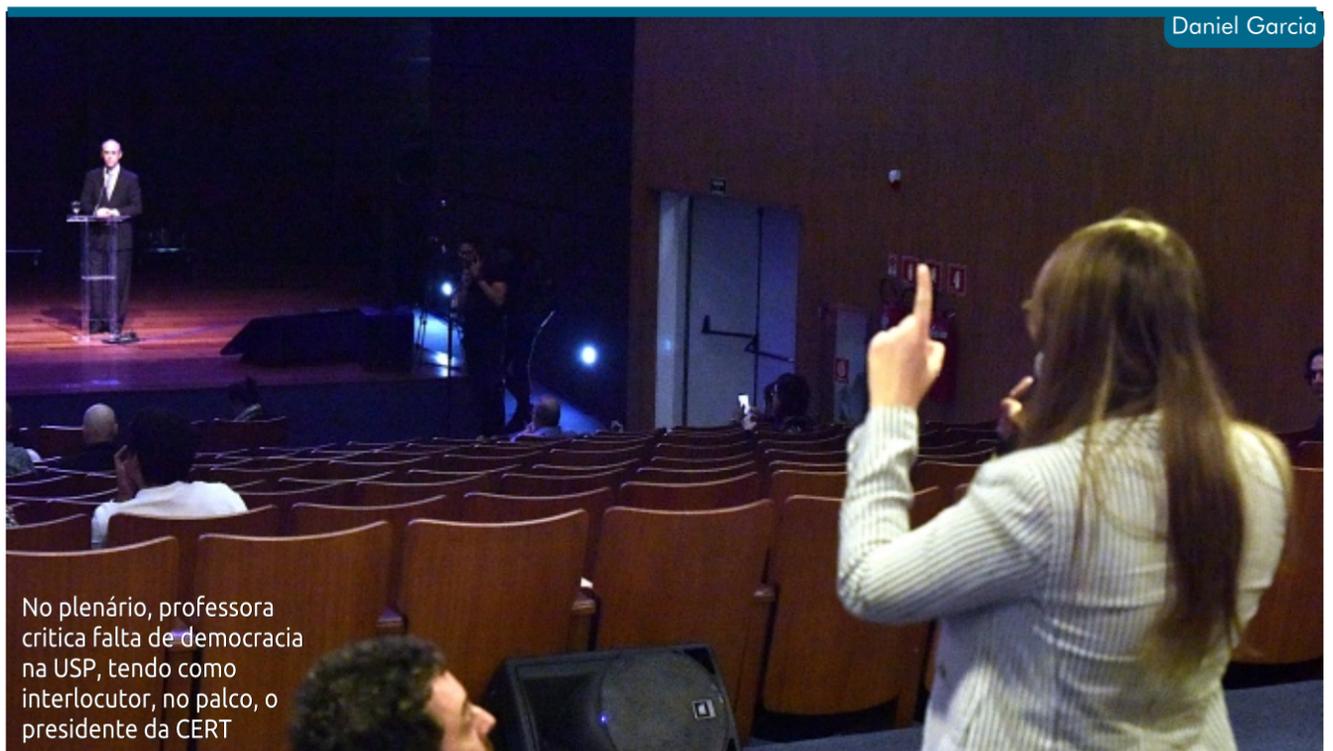
Organizado pela Reitoria, “Encontro de Docentes” é marcado por frustração e críticas

No Encontro de Docentes da USP de 2018, evento organizado pela Reitoria em 6/7 direcionado aos docentes contratados após 2009, as reclamações e as críticas do público à precarização do trabalho e ao sucateamento da infra-estrutura da universidade ofuscaram as apresentações do reitor Vahan Agopyan e dos seus principais auxiliares, deixando claro o alto grau de insatisfação desse segmento da categoria com o modelo imposto pelas últimas gestões.

Agopyan deu início ao evento declarando que seu objetivo era “apresentar como pensa a USP” e “mostrar que existem canais de comunicação entre os docentes e a gestão”. No seu discurso, ele anunciou novas medidas para a categoria, como o retorno da progressão horizontal e a criação de editais de apoio aos professores recém-contratados. Em seguida, Agopyan passou a palavra ao vice-reitor Antonio Carlos Hernandez, que ressaltou a importância dos projetos acadêmicos institucionais. Depois, ambos se retiraram do auditório, alegando que deveriam comparecer a uma reunião no Palácio dos Bandeirantes.

Assim, ausentes reitor e vice-reitor, o evento prosseguiu com apresentações dos pró-reitores, seguidos pelos presidentes das agências de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani) e de Inovação (Auspín). Após as exposições de todos estes dirigentes, o professor Osvaldo Novais de Oliveira Junior, presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), apresentou brevemente o papel da comissão.

O evento sofreu uma reviravolta ao final da exposição de Novais. A sucessão de discursos já conhecidos foi interrompida quando Novais se dispôs a responder perguntas do público sobre os métodos de avaliação. Esta abertura para a interlocução foi utilizada pela plateia para extravasar suas reclamações contra os dirigentes da universidade e protestar contra a situação criada pelo regime



No plenário, professora crítica falta de democracia na USP, tendo como interlocutor, no palco, o presidente da CERT

de austeridade fiscal. Foi uma verdadeira saraivada de críticas.

“Eu quero discutir questões práticas. Nossa realidade está difícil, pedem-se muitas métricas, mas ao mesmo tempo não se olha o tempo que temos que trabalhar”, afirmou Luiz Jurandir Simões, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), que deu início aos comentários dos docentes. “Eu troquei um emprego em uma universidade particular e a possibilidade de atender meus paciente na expectativa de ter uma carreira docente que iria me valorizar, e que ao longo dos anos eu iria recuperar o poder aquisitivo de que eu abri mão. Aí tive um choque de realidade: ao ingressar aqui em 2014 eu não tinha nem cadeira para sentar, nem mesa, nem computador, não tinha laboratório e, atualmente, ainda não tenho”, relatou, emocionado, um docente da Faculdade de Medicina (FM).

O sucateamento das instalações também foi apontado por uma docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FM-RP). “Eu tive um projeto da Fapesp aprovado, ganhei dez equipamentos, que estão em caixas até hoje. O projeto já foi, aprovaram o relatório final. Consegui desenvolver [meu projeto] em outro laboratório, a três quilômetros de onde eu tra-

balho”, revelou a professora.

Outra docente, da Faculdade de Saúde Pública (FSP), colocou em dúvida a seriedade de propósitos do Encontro, ao afirmar: “Se é uma reunião em que o reitor fica apenas 15 minutos e, no único momento que temos para nos pronunciar, ele não está, eu questiono a validade desta reunião”.

A professora Paula Marcelino, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), sintetizou o sentimento de inconformismo dos docentes ao rebater declaração do presidente da CERT que, em resposta a uma pergunta quanto à comissão ser composta exclusivamente por professores titulares, defendeu esse formato de composição. “Nós, os professores doutores, somos a maior categoria docente desta universidade, e temos apenas um representante no Conselho Universitário. Você [Novais] acaba de nos dizer que não há possibilidade de termos um representante na CERT, que é para professores titulares. E quando a gente vem para uma atividade como esta, em que a possibilidade de intervir é muito pequena e em que a gente ouve o que já está no site das Pró-Reitorias, quando abre um espaço a gente quer e precisa falar. Existe uma falta generalizada de democracia na USP”, manifestou a docente.

Procurando esconder seu constrangimento, o presidente da CERT tentou responder a cada uma das críticas, mas foi incapaz de apresentar soluções. Não apenas posicionou-se contrariamente à democratização da estrutura de poder na USP, como apontou as unidades de ensino como responsáveis pelos problemas de infra-estrutura citados pelos docentes.

Pesquisa de opinião. Ao fim da rodada de críticas, o professor Cristian Ortiz, do Instituto de Matemática e Estatística (IME), pediu a palavra para apresentar uma pesquisa de opinião realizada por e-mail com 156 docentes contratados entre 2009 e 2018. Segundo a pesquisa, apenas 7,7% dos docentes estão muito satisfeitos com sua carreira na USP; 44,2% dos docentes estão razoavelmente satisfeitos; 43,6% estão pouco satisfeitos e 4,5% estão nada satisfeitos.

Dos professores que responderam à pesquisa, 30% consideram muito deixar sua posição na USP; 31,4% consideram razoavelmente esta possibilidade; 25%, pouco; e apenas 12,6% não consideram mudar de emprego. Outro resultado também aponta para a insatisfação generalizada: 40,4% dos docentes não estão nada satisfeitos.

continua na p. 2

continuação da capa

tos com seus salários e sua progressão na carreira; 37,8% estão pouco satisfeitos; e apenas 19,2% e 2,6% estão razoavelmente ou muito satisfeitos, respectivamente.

Após o almoço, o reitor Vahan retornou ao evento, que prosseguiu com a palestra “Docência: uma carreira sem fronteiras” e um discurso proferido por José Goldemberg, ex-

reitor da USP e atual presidente da Fapesp, realizados para um auditório esvaziado. Apesar de os docentes terem sido informados por e-mail institucional que haveria

uma apresentação sobre a Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”), ela não aconteceu, sem que houvesse justificativa ou esclarecimento quanto ao cancelamento.

Docentes expõem suas impressões após o evento

Confira a seguir as impressões pessoais de docentes que acompanharam o encontro organizado pela Reitoria e, posteriormente, encaminharam depoimentos ao *Informativo Adusp*. O professor Bruno Gualano, que assistiu ao evento pelo IPTV, foi um dos organizadores da pesquisa de opinião apresentada na ocasião. O último depoimento é de uma professora que esteve presente e que prefere não se identificar.

“Magnífico é chique, internacionalizar é chique”

(Professor Luiz Jurandir Simões, da FEA)

“Nas primeiras décadas pós 2ª Guerra Mundial, Hollywood mostrava um mundo chique cheio de automóveis. Essa onda modernizante hipnotizou Juscelino Kubitschek, que priorizou automóveis, estradas e a *Burrocrasília*. Saneamento básico, educação nas periferias, ferrovias, mecanismos de suporte social não eram chiques. JK era um grande líder chique-Bossa Nova”.

“Aquele bando de gente com pouco acesso a saneamento básico, atendida em hospitais lotados, que recebe educação além do aquém, que entra na USP e se evade por não receber condições ajustadas às suas circunstâncias e tanto mais, não é chique. Não é prioridade da elite da Paulista, do Leblon, do lago Paranoá, da Reitoria da USP e do Co. Os nossos chiques pensam em internacionalizar a USP e outras coisas chiques. Pensar nas coisas não chiques, só a patuleia pensa”.

“Gestos concretos focados em resultados objetivos; desburocratizar, automatizar e simplificar os processos que permeiam o cotidiano do corpo docente; modernizar a gestão fossilizada e feudalizada de alguns titulares; atuar junto à Receita Federal para mitigar os percalços na importação de insumos e equipamentos vitais à pesquisa; criar corpo funcional que auxilie os projetos de pesquisa modernos (que exigem muita gestão, departamento de compras, técnicos, etc); reduzir o atrito da interação entre departamentos feudalizados pelos seus titulares; facilitar a construção de projetos comuns interdisciplinares; estimular o intercâmbio de esforços técnicos e de meios de financiamento transparentes com a iniciativa privada; caminhar na USP para entender que cada curso e cada departamento tem idiossincrasias não comparáveis aos demais. As circunstâncias do corpo docente que só tem aluno noturno são totalmente diferentes das de um curso só diurno”.

“O chique é palestra motivacional Goldemberguiana, criar cargo, anunciar projeto, reuniões sociais com canapés, fazer palestras divulgando números irrealistas. Viva o Magnífico! Tem coisa mais chique que ser tratado por Magnífico?”

“O presidente da CERT tergiversou”

(Professora Paula Marcelino, da FFLCH)

“Foi uma série de apresentações, um tanto quanto formais, sobre as várias Pró-Reitorias, e a maioria das informações que eles nos deram ali estão nos sites da Reitoria. Então, foi uma coisa planejada para ser pouquíssimo participativa, menos para ouvir os professores e mais para fazer algum tipo de propaganda da USP com professores, a maior parte já na USP há mais de dois ou três anos. São professores que já têm cargo, já conhecem o funcionamento da universidade, então foi, para a gente, um tanto quanto maçante”.

“A resposta do professor Osvaldo à minha fala [sobre pequena representação dos professores doutores na CERT, Co e outros colegiados] foi muito ruim. Ele tergiversou sobre a questão principal. Ele quis sair politicamente por cima, mas na minha avaliação foi um fracasso. Ele disse algo assim: ‘A principal democracia na qual acredito é aquela em que o povo estaria dentro da USP, mas como não está, então não teremos nenhuma’. Qualquer discussão política mínima desmontaria esse argumento”.

“É tudo muito centralizado, muito pouco democrático. Não defendo uma posição democratista, não. Não acho que alunos, funcionários e professores devam ter o mesmo peso nas votações. Não é disso que estou falando. Mas na maioria das comissões, nestes grandes colegiados que decidem a vida da universidade, poderia ter maior representação e democracia. Por

exemplo: sistemas de avaliação do corpo docente são comuns a várias universidades. Mas isso se tornar uma ameaça ao docente é típico da USP”.

“Assimetria de poder traz insatisfação”

(Professor Bruno Gualano, da FM)

“A Reitoria criou um e-mail com os docentes que eram de 2009 a 2018. Não deram sequer uma informação do que se tratava, parece que teve algum erro de comunicação. Isso gerou um certo alarde no pessoal, e colegas do IME criaram uma lista alternativa à da Reitoria, que foi desativada. Como a gente percebeu certa revolta entre os docentes, resolvemos criar uma pesquisa de satisfação dos jovens docentes com a carreira e a universidade como um todo. A pesquisa não tem grande qualidade científica, é uma amostra de conveniência, que topou participar. Mas é uma lista de e-mails importante, uma vez que congrega 200 jovens docentes que querem discutir os rumos da universidade, também não se pode desprezar o resultado da pesquisa”.

“O que mais chamou atenção nos resultados é que muitos docentes consideram deixar a universidade, algo que no início de minha carreira era impensável, a USP era início e conclusão de carreira. Foi chocante, porque o grau de insatisfação tem sido muito alto. Um número bastante elevado declarou que está muito insatisfeito com salário, mas existem outros fatores também que trazem insatisfação para nós todos, principalmente a tomada de decisão, essa assimetria de poder, essa oligarquia que existe na universidade. Isso certamente deu um destaque negativo na avaliação: é uma estrutura ultrapassada, precisa ser repensada com urgência”.

“Foi um evento de promoção da Reitoria. Eu não critico a tentativa de aproximação com os jovens docentes, pelo contrário, é o que a gente quer também. Mas seria muito mais interessante se essa interlocução se desse de uma maneira dialogada, de uma maneira bilateral, para que pudéssemos colocar na mesa o que a gente pensa. Na verdade, uma reivindicação nossa [do grupo de jovens docentes] é justamente essa: criação de uma comissão de docentes jovens que possa levar demandas e construí-las junto com representantes da administração. Mas não temos esse diálogo”.

“Importante divulgar nossa lista de e-mails *docentesusp20092018@googlegroups.com*, aberta a qualquer jovem docente que tiver interesse de fazer parte”.

“Qual o significado da ‘excelência?’”

“O ponto alto do evento ficou por conta das manifestações do plenário. Os docentes que ali estavam aproveitaram o espaço para uma chuva de críticas às condições de trabalho e à carreira dos recém-ingressos, revelando o descompasso entre a USP grandiosa, internacionalizada, empreendedora desenhada nos discursos dos dirigentes e a realidade do dia-a-dia dos docentes em suas unidades”.

“Ao final do encontro, aparentemente todos saíram frustrados. Os dirigentes universitários, que pretendiam celebrar e fabricar a imagem da grandeza internacional da USP como universidade de excelência da qual cada docente ali presente teria o privilégio de fazer parte, devendo ‘fazer por merecer’ o lugar que nela ocupa, viram exposta a fragilidade de seu discurso pelas denúncias de docentes, pertencentes às mais diversas unidades e posições na carreira, ao mostrar os problemas de infraestrutura, a pouca atratividade dos salários iniciais e a falta de democracia interna”.

“Algumas questões de fundo continuam sem resposta: qual o significado da tão falada excelência no projeto da Universidade de São Paulo? Quando se fala de interação com a sociedade, a que sociedade está se referindo? A comunidade no Butantã que sofre a falta do Hospital Universitário desmontado na gestão Zago-Vahan não é parte dessa sociedade? De tudo que foi apresentado durante o encontro a impressão que fica é da excelência como posições em *rankings* internacionais, enquanto a sociedade para quem a USP deve dedicar seus esforços resume-se aos governos e ao mercado”.

Comissões e câmaras de avaliação seguem preceitos do relatório McKinsey

Caderno “Avaliar para evoluir” faz constrangedora propaganda das comissões centrais (em especial CAI e CAD) e esconde a rejeição das congregações à centralização da avaliação individual dos docentes

O atual reitor da USP, professor Vahan Agopyan, quando representante da Congregação da Escola Politécnica, na reunião do Conselho Universitário (Co) de 5/12/2000, a propósito da atuação da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), assim se manifestou (vide *Revista Adusp* 22, pág. 27):

“Nesta nossa Universidade, nós temos grupos de pesquisa que estudam como avaliar docentes, como avaliar o ensino, e nenhum desses grupos jamais participou de avaliação na USP. Dois colegas nossos tiveram a coragem de trazer para o Co este problema para uma discussão mais ampla. A avaliação é uma ferramenta de qualidade e não de punição. Avaliação de punição é pré-época medieval. O chinês que fazia a porcelana errada tinha a mão cortada -- não tinha o RDIDP para cortar, cortava a mão. Estamos usando a avaliação de uma maneira errônea sob o ponto de vista técnico. Usar o mesmo instrumento de medida para avaliar 35 unidades com características diferentes é de uma mediocridade que não cabe em uma Universidade como a USP” (<https://bit.ly/2lGubxo>).

Essa manifestação permanece atual quando se considera o *modus operandi* da CERT e também quando se analisa o processo que culminou com a aprovação do Regimento da Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”), bem como a forma como as câmaras de avaliação institucional e docente, CAI e CAD, têm atuado desde então. Contudo, o atual reitor parece ter, há muito, mudado de opinião.

É importante observar que as práticas adotadas pelos membros da atual CPA e suas câmaras em nada diferem daquelas adotadas pelos grupos de trabalho que propuseram a criação da “Nova CPA” e do Estatuto do Docente, durante a gestão Zago-Agopyan. Em 2017, as congregações foram chamadas a opinar sobre o documento da CAI que definia diretrizes para confecção dos projetos acadêmi-

cos. Em nenhum momento as manifestações das congregações foram tornadas públicas nem tampouco se reconhecem mudanças dignas de nota no mais recente documento da CAI enviado às unidades (*Requisitos do projeto acadêmico de unidades, museus, institutos especializados e departamentos*, de março de 2018).

Por sua vez, a CAD divulga um manual, em janeiro de 2018, sobre avaliação docente na qual a centralização da avaliação bem como seu teor punitivo, características essenciais e explícitas no Regimento da CPA, ficam camuflados ou atenuados.

Tom didático. Mais recentemente, o *Jornal da USP* produziu um caderno intitulado “Avaliar para evoluir”, dedicado ao processo de avaliação que se pretende implantar na USP. Com um aparente tom didático, um tanto constrangedor, faz propaganda dos mecanismos de avaliação que passarão a ser controlados por comissões centralizadas. Numa perspectiva deliberadamente alheia a toda e qualquer crítica, o material ignora, por exemplo, o fato de que a maioria das Congregações da USP posicionou-se contra a que a avaliação docente individual se desse de modo centralizado.

Ainda assim, a leitura desse material é imprescindível, já que pode servir de mais um alerta para o caráter controlador e punitivo subjacente a esse processo, bem como para a burocracia infernal a que serão submetidos unidades, departamentos ou órgãos equivalentes e professoras(es) ao longo de toda a carreira docente.

Apesar do questionável teor didático, esse material, e os diversos documentos institucionais a esse respeito, continuam insistindo em não responder a importantes questionamentos, a saber:

1) As unidades e os departamentos ou órgãos equivalentes apresentam seus projetos acadêmicos, mas não há garantias de

que estes sejam aprovados pelas instâncias centrais. Como garantir que a autonomia didático-científica das unidades seja respeitada e que estas não sofram pressões para enquadrar seus projetos ao que pretendem as comissões centrais?

2) Por que os projetos dos docentes devem ser feitos de modo informatizado? Se as comissões centrais não conseguem avaliar qualitativamente o trabalho e os projetos dos docentes, porque não delegar essa tarefa às unidades?

3) O primeiro ciclo avaliativo começa em 2018, antes mesmo que os projetos estejam prontos?

4) O desempenho insatisfatório implicará que unidades e docentes assinem protocolos de compromisso que, caso não sejam cumpridos, no caso das(os) docentes poderá implicar processo administrativo que, por sua vez, poderá levar à exoneração da(o) docente. Mas — e se a unidade estiver satisfeita com o trabalho da(o) docente?

5) O primeiro ciclo avaliativo terá caráter de orientação. Por que as unidades precisariam ser orientadas por comissões centrais? E os próximos ciclos, terão que caráter?

6) Indicadores quantitativos servirão de base para a avaliação de qualidade. O que exatamente se quer dizer com isso?

7) Quais problemas seriam solucionados quando esses processos de avaliação forem implantados?

8) Avaliar para evoluir, mas em que direção e com base em qual projeto e concepção de universidade?

Essa última talvez seja uma pergunta de origem. O caminho escolhido na gestão Zago-Agopyan, e que tem continuidade na atual, tomou por base alguma proposta e não foi a sinalizada pelas unidades, mas sim as que se encontram nos 48 slides que constituem o relatório McKinsey (<https://bit.ly/2yWjtfA>).

Todas as medidas propostas ou implantadas pela gestão anterior, e continuadas pela gestão Agopyan-Hernandes, estão presentes nesse relatório, como a desvinculação dos hospitais universitários, os planos de demissão voluntária, a expansão das terceirizações, os Parâmetros de Sustentabilidade e também os

processos de avaliação docente que reconheçam diferentes perfis, eventualmente implantando diferentes carreiras, conforme se identifica nos slides 40 a 43 do referido relatório (veja análise mais completa: <https://bit.ly/2Ksj0k>).

Sem estranheza. A insistência para que os projetos institucionais definam os perfis docentes e a proporção em cada regime de trabalho não é, portanto, mera coincidência. Tampouco causa estranheza que, para atingir os objetivos das gestões reitorais anteriores e atual, devidamente guiados pelo relatório McKinsey e pelos interesses mercantis em escala mundial, seja imprescindível uma avaliação centralizada, controlada, com mecanismos de “adequação” ou mesmo de demissão de docentes.

Toda essa parafernália introduzida pelo Regimento da CPA é parte essencial de um projeto que privilegia áreas de conhecimento ligadas aos interesses de mercado, prescindindo cada vez mais da produção crítica, autônoma e contextualizada do conhecimento, do caráter público da universidade e de sua função social.

O relatório McKinsey explicita que o determinante nos rumos adotados para a avaliação docente e institucional na USP seguiu um processo contratado clandestinamente, à revelia de qualquer instância colegiada da USP, pela gestão Zago-Agopyan, que implantou uma agenda alheia aos interesses públicos, externa à universidade e de caráter privatizante e mercantil. A convivência da maioria dos membros do Co ao longo desse processo se explica pelo comprometimento de parte significativa desse colegiado com os interesses das fundações privadas ditas “de apoio”, e o descompromisso de muitos com o entendimento expresso pelas unidades que deveriam representar.

À luz de tudo isso, é preciso repensar a entrega dos projetos acadêmicos. É preciso suspender o processo em curso, reabrindo a discussão sobre o Regimento da CPA e sobre o Estatuto do Docente, de modo a levar em consideração as manifestações das(os) docentes e das unidades, o caráter público e a função social da USP.

Acordo com a McKinsey permanece obscuro e exige explicações

Embora faltem muitos documentos, juiz decidiu extinguir a ação da Adusp baseada na Lei de Acesso à Informação

A decisão do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de extinguir a ação ajuizada pela Adusp contra a USP no tocante à exibição de documentos relacionados ao contrato com a McKinsey&Company, por considerar que houve “satisfação integral do cumprimento da ordem judicial” dada à Reitoria de apresentar a documentação que vinha sendo omitida, foi contestada pela advogada Lara Lorena, do departamento jurídico da Adusp, em manifestação protocolada no dia 25/7 (<https://bit.ly/2AeAJNX>). O despacho do juiz Luís Manoel Fonseca Pires é de 5/7 (<https://bit.ly/2mL4r3r>).

“O objeto da presente ação, sistematizado no pedido de que fossem apresentados todos os documentos referentes ao projeto ‘USP do Futuro’, tendo sido, embora parcialmente no nosso entender, elaborados e reconhecidamente apresentados pela Ré posteriormente à ordem de busca e apreensão, por si só reforçam a tese da irregularidade jurídica cometida e inexistência de informações que deveriam ser públicas no presente caso” (<https://bit.ly/2K1ox2K>).

Nos papéis entregues pela Reitoria em atendimento à ordem judicial, prossegue a advogada, não se encontra qualquer documento que esclareça as informações veiculadas pelo próprio *Jornal da USP* (publicação oficial da universidade) sobre iniciativas que seriam decorrentes do projeto ‘USP do Futuro’, “como o Inova USP, laboratório interdisciplinar voltado a projetos de convergência de tecnologia, multimídia, ciências e artes e design; a criação de um fundo patrimonial; e a criação do Programa de Mobilidade e Integração Urbana”. Nenhuma informação sobre tais projetos e programas foi levada pela USP aos autos do processo.

“Tampouco foram trazidos a lume documentos comprobatórios essenciais para a validade do negócio jurídico firmado com a Administração Pública pela empresa McKinsey, no sentido de informar discriminadamente os valores e o nome dos doadores dos ‘Amigos da USP’ para a realização do projeto”, prossegue a manifestação, “bem como a natureza jurídica e

os atos constitutivos dessa associação e seu representante legal, informações essas solicitadas desde a peça inicial, e que novamente permaneceram ocultas”.

A intrigante referência aos tais “Amigos da USP” nos instrumentos firmados entre a USP, a “organização social” Comunitas e a consultoria McKinsey, sem que em qualquer momento tal figura seja legalmente identificada, é lembrada por Lara Lorena como uma grave questão que permaneceu em aberto: “Vale lembrar que, como em nenhum momento foi esclarecida a natureza jurídica dos ‘Amigos da USP’, considerando que tal doação seja proveniente de um pool de pessoas físicas, os seus nomes e valores doados deveriam constar do contrato de doação, até para fins fiscais. Porém, ainda que considerando se tratar de pessoa jurídica, para a oficialidade do contrato é dever apresentar os atos constitutivos dessa pessoa jurídica como anexo do contrato. É certo, ainda, que a Ré apresentou, por meio de um ofício à Autora, e não de um anexo do contrato, um elenco de ex-alunos doadores, sem nenhuma comprovação de que essas pessoas seriam verdadeiramente as doadoras nem os valores individuais da generosidade envolvida” (vide <https://bit.ly/2LRthJP>).

“Inexistentes”. Acrescenta a advogada da Adusp que constava do processo principal o pedido expresso de que fosse determinado “à Ré que forneça à Autora todos os documentos relacionados ao projeto ‘USP do Futuro’, quer sejam as atas das decisões administrativas que aprovaram os contratos envolvidos, quer sejam os contratos aqui mencionados, integralmente, com todos os seus anexos e eventuais aditivos, inclusive pareceres jurídicos da USP que suportem as decisões tomadas, bem como todos os demais documentos que se refiram aos esclarecimentos, aprovação, objetivos e consecução que envolva o projeto ‘USP do Futuro’”. Tais documentos não foram apresentados, diz ela, “e sem a busca e apreensão tomam-se, de imediato, por inexistentes”.

Outra lacuna apontada na manifestação é que não há explicação documentada sobre as razões que levaram a USP a sustar as etapas 2 e 3 do projeto contratado à McKinsey. Isso porque, “tendo sido apresentado pela Ré o termo de conclusão do instrumento jurídico de cooperação outrora firmado, após a conclusão apenas da Etapa 1, por concluir-se então pelo não prosseguimento das demais etapas originalmente previstas, tem-se também por inexistente a deliberação e motivação administrativa a justificar o desinteresse na continuidade do Projeto”. Todos esses apontamentos, acrescenta, tanto constam da fase de instrução do processo judicial quanto foram reforçados no cumprimento de sentença, e se encontravam no escopo da ação.

Contudo, lamenta a advogada, apesar da insistência da Adusp pela continuidade da medida, “após julgamento que resultou no improvimento do agravo de instrumento interposto pela USP contra a medida de busca e apreensão, entendeu esse juízo pela extinção da ação dando por satisfeito o cumprimento da ordem judicial”. No entanto, pondera, “é importante registrar que o termo de cooperação [entre USP e McKinsey] ora em debate não constitui mais um instrumento jurídico qualquer da Administração Pública, e sim, se traduz nas diretrizes e práticas que já estão sendo implementadas

pela maior e mais importante Universidade Pública brasileira para um projeto futuro de universidade” (<https://bit.ly/2mLoXB1>).

Assim, ela chama atenção para os resultados dos acordos firmados e para o fato de que o próprio Conselho Universitário deixou de ser consultado pela Reitoria: “O que restou claro, após o transcurso desse processo, é que a USP passou a adotar as práticas apontadas nessa cooperação, amoldadas pela iniciativa e interesses dos setores privados, a transformar os objetivos e as relações existentes entre todos os atores sociais envolvidos, alijando por completo tanto seus próprios órgãos decisórios dessas decisões, quanto a própria sociedade que, pelos princípios democráticos e republicanos, deveria ter sido, por princípio, e a princípio, incluída nesse debate, uma vez que é a ela que deveria se reverter o futuro e o conhecimento dessa Universidade”.

Ao final, a defensora da Adusp requer ao juiz que, “a fim de que se apurem eventuais irregularidades cometidas, já que isso foge, como de fato, ao escopo da presente ação”, seja dado conhecimento *de ofício* do caso “ao Ministério Público Estadual, que abriu inquérito civil para apuração sob o nº 14.0738.0000240/2016 - Grupo de Atuação Especial de Educação - Geduc, e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo”.

Diretor da EEFE pune professor Lancha Jr. com 15 dias de suspensão, após PAD sobre “BodPod”

O diretor da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE), Valmor Tricoli, decidiu punir com 15 dias de suspensão o professor titular Antonio Herbert Lancha Júnior, depois que um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) o responsabilizou por uso indevido do equipamento “BodPod”. O caso é objeto de uma ação cível na 15ª Vara da Fazenda Pública (<https://bit.ly/2mQ7ozH>).

De acordo com o documento da Diretoria, Tricoli, “usando de suas atribuições e considerando as conclusões alcançadas no processo administrativo disciplinar constante do Proc. Rusp 2017.1.314.39.9”, aplicou a Lancha Junior “a pena de suspensão por 15 (quinze) dias, a partir de 23/7/2018 até 6/8/2018, nos termos do artigo 251, II e 254 da Lei 10261/68, já ciente o interessado, por seu Advogado” (<https://bit.ly/2NPLh82>).

“Enquanto um colega excepcionalmente dedicado à USP como o professor Maurício Cardoso perde metade do salário por obra da medíocre sanha punitiva da CERT (vide p. 5), outro colega sabidamente envolvido em práticas condenáveis, mas protegido pela oligarquia, recebe uma pena quase simbólica: suspensão por duas semanas”, declarou o presidente da Adusp, professor Rodrigo Ricupero.

Reitoria desconsidera solicitações apresentadas pela Adusp em reuniões com Chefia de Gabinete

Professor da FFLCH perde RDIDP, cortado arbitrariamente pela CERT sem que o reitor tenha recebido o sindicato para tratar do assunto, embora solicitado

A Diretoria da Adusp realizou uma reunião com o chefe de Gabinete da Reitoria, Gerson Yukio Tomanari, e o coordenador executivo do Gabinete, Thiago Liporaci, no dia 11/7. Na ocasião foram discutidos os contratos precários de docentes, questões relacionadas à Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) e a atual situação do Clube dos Professores, além de outros tópicos.

Esta foi a terceira reunião realizada entre a Adusp e o Gabinete da Reitoria desde a posse do reitor Vahan Agopyan. Na audiência que concedeu à Diretoria da Adusp em 27/3, foi o próprio Vahan que designou Tomanari e Liporaci como futuros interlocutores do sindicato para diferentes questões abordadas naquele momento (<https://bit.ly/2NIXADe>).

Na primeira reunião com a Chefia de Gabinete, em 17/4, a Diretoria da Adusp apresentou os casos dos professores Mauricio Cardoso e Paulo Massaro (ambos da FFLCH) e Cyntia Oliveira (ICMC), alvos de clara perseguição da CERT (e do departamento, no tocante à docente); o caso do professor Bruno Gualano, na época em busca de transferência da EEFÉ para a FM; e outros temas. Os representantes da Adusp solicitaram que os processos relacionados à CERT não fossem despachados antes que a Diretoria do Sindicato pudesse discutí-los com o reitor. Tomanari, então, pediu tempo para consultar a documentação correspondente.

A segunda reunião, realizada em 22/5, contou com a presença do presidente da CERT, professor Osvaldo Novais, convidado pelo chefe de Gabinete. Dessa forma, embora casos específicos tenham sido citados na reunião, ela acabou ficando centrada mais nas questões gerais relacionadas ao papel que a CERT vem cumprindo (<https://bit.ly/2v52ld4>).

Por fim, na mais recente reunião realizada com a Chefia de Gabinete, em 11/7, a Diretoria da Adusp apresentou novos proces-

sos vinculados à CERT, bem como a questão dos precários e, ainda, a situação do Clube dos Professores (terceirizado na gestão anterior e atualmente fechado). Uma parte significativa da reunião foi dedicada a casos de mudança de regime de trabalho e à situação de docentes com contratos precários, os quais, embora trabalhem na USP há décadas, permanecem em situação de insegurança no momento da renovação desses contratos, por não disporem da estabilidade assegurada pelos concursos públicos.

Foi ainda enfatizada a necessidade de que a Reitoria dê encaminhamento aos problemas apontados e que as reuniões realizadas com a Adusp tornem-se um processo efetivo de interlocução. Neste aspecto, o mal estar ocorrido no Encontro dos Docentes de 6/7 foi mencionado como um exemplo da distância entre as atuais condições de trabalho na universidade e o discurso oficial da administração da USP (vide matéria de capa). Mais uma vez a Chefia de Gabinete se comprometeu a averiguar casos específicos e a dar retorno a respeito.

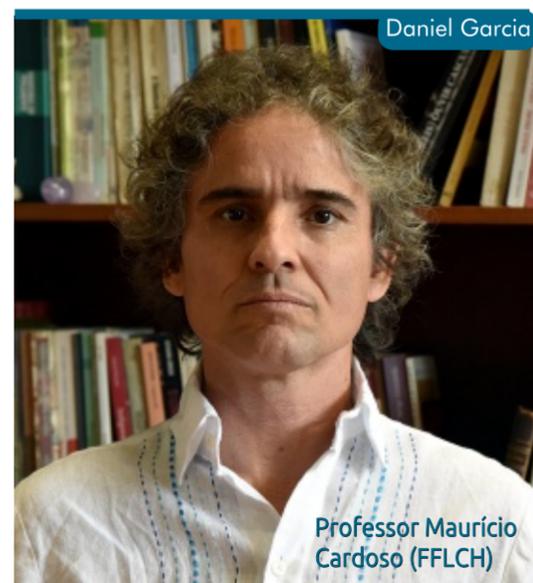
Fato grave. No entanto, fato grave que não pode passar sem registro é que no dia 14/8, por-

tanto três dias após a reunião na Chefia de Gabinete, foi publicada no *Diário Oficial do Estado (D.O.E)* uma apostila da CERT datada de 12/7/2018 (<https://bit.ly/2NKidis>), que ratifica decisão anterior dessa comissão, de que o professor Mauricio Cardoso (FFLCH) fosse desligado do Regime de Dedicção Integral à Pesquisa e à Docência (RDIDP), por suposta insuficiência de produtividade no regime probatório, e vinculado ao Regime de Turno Completo (RTC), com salário 50% menor.

O caso do professor Cardoso era um daqueles expressamente elencados pela Adusp, nas conversas anteriores com a Chefia de Gabinete, no sentido de que fossem objeto de reunião específica com o reitor Vahan Agopyan. Em setembro de 2017, a CERT decidiu, absurdamente, “recomendar” que o docente da FFLCH fosse transferido do RDIDP para o RTC. Em janeiro de 2018, o então reitor Zago endossou a decisão da CERT.

Dois meses depois, Cardoso recorreu a Vahan, solicitando que reconsiderasse a draconiana e totalmente injusta decisão da CERT ratificada por Zago (<https://bit.ly/2NJytzY>).

O apelo de Cardoso, ex-chefe do Departamento de História, foi respaldado por reiteradas manifestações do próprio Departamento e da Diretoria da FFLCH.



Daniel Garcia

Professor Mauricio Cardoso (FFLCH)

Questionada sobre a publicação no *D.O.E*, a Chefia de Gabinete novamente se prontificou a dar rápido retorno, o que não aconteceu até o fechamento desta matéria. A menos que haja a imediata reversão de mais essa medida excessiva, coloca-se em questão a interlocução da Adusp com a Reitoria, uma vez que não é razoável que, no tocante a pautas sensíveis em discussão, advenham decisões contrárias às pleiteadas pelo sindicato sem uma discussão específica prévia entre a gestão reitoral e a Adusp.

“Entendemos que as reuniões entre a Adusp e a Reitoria não podem se restringir a uma troca de ideias ou um desabafo, mas devem se debruçar de forma concreta na busca de soluções para os problemas enfrentados, ainda que o consenso nem sempre seja possível. E isso infelizmente ainda não está sendo feito”, declarou o professor Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp.

Reunião técnica com Cruesp em 23/7 não trouxe avanços

Conforme acordado entre Fórum das Seis e Cruesp, teve início em 23/7 a série mensal de reuniões técnicas entre as partes, com o objetivo de discutir o cenário econômico e as propostas de aplicação dos eventuais excedentes na arrecadação do ICMS.

Nesta primeira reunião, segundo relato do Boletim do Fórum das Seis (26/7), os técnicos das reitorias mantiveram o mesmo discurso da crise que justificou, do ponto de vista do Cruesp, a concessão de um reajuste ínfimo

de 1,5% em maio, absolutamente incapaz de repor as perdas inflacionárias dos últimos três anos. Apoiaram-se nos dados de arrecadação do ICMS de junho, que ficou abaixo do delineado pela Secretaria da Fazenda paulista, para manter a previsão de que o volume total em 2018 não deverá superar o previsto (R\$ 99,6 bilhões).

Os representantes do Fórum argumentaram que esta é uma visão recortada e parcial do cenário. Embora menor que o previsto, ainda assim a arrecadação de ju-

nho/2018 cresceu 1,9% em relação a junho/2017. A tendência geral é de crescimento: a arrecadação acumulada janeiro-junho/2018 é, nominalmente, 7,31% superior à acumulada de janeiro-junho/2017.

Porém, os técnicos do Cruesp mantiveram sua postura pessimista em relação à arrecadação do ICMS em 2018. Insistiram em aguardar o fechamento dos números de julho/2018 para conferir se cessaram os impactos da greve dos caminhoneiros. Nova reunião técnica está agendada para 27/8.

Escritório criado para gerir convênios é dirigido por docente ligado a fundação

Novos escritórios cuidarão da “Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico” e do “Desenvolvimento de Parcerias”. Reitoria ainda não respondeu questionamentos nem comentou o conflito de interesses

O reitor Vahan Agopyan criou no dia 29/6 dois escritórios diretamente vinculados ao seu gabinete. O Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico (EGIDA) e o Escritório de Desenvolvimento de Parcerias da USP foram criados pelas portarias 7.256 e 7.257 respectivamente, publicadas no *Diário Oficial do Estado (D.O.E.)* do dia seguinte (<https://bit.ly/2NMzqHP>), mas estas decisões não foram acompanhadas dos devidos esclarecimentos à comunidade USP, com a exceção dos diretores de unidades, aos quais o reitor anunciou a “novidade” durante a “Reunião de Dirigentes” realizada em 2 e 3/7 (<https://bit.ly/2NKjvtS>).

Além da função de atuar como interlocutor “junto às agências responsáveis pela edição de rankings acadêmicos nacionais e internacionais”, outras atribuições do EGIDA levantam dúvidas sobre qual será seu real objetivo. A portaria que criou o escritório descreve como uma atividade a ser desempenhada “o aprimoramento de indicadores” para “o monitoramento e a avaliação do desempenho acadêmico das várias atividades-fim da Universidade”, mas também lhe atribui a função de “estruturar, consolidar e publicar o Portal da Transparência da USP”, site que hoje serve para divulgar as despesas da universidade com seu pessoal.

Segundo a mesma portaria, o EGIDA foi criado tendo como perspectiva “a possibilidade de identificar, por meio deste monitoramento, oportunidades para aprimorar a qualidade acadêmica e contribuir no diálogo da Universidade com o poder público, em termos de transparência e *accountability*”.

Apesar de não ser exposto na portaria que o criou, o EGIDA faz parte do projeto da Fapesp “Indicadores de Desempenho nas Universidades Estaduais Paulistas”, liderado por Jacques Marcovitch, ex-reitor da USP. O projeto já produziu escritórios similares na Unesp e Unicamp. Neste última universidade, segundo a Fapesp, foi iniciado um mapeamento de

informações que divulgará, por exemplo, o número de palestras internacionais proferidas por seus docentes. Todas estas atribuições apontam para a possibilidade de que os resultados das avaliações acadêmicas dos docentes venham

individual dos docentes, bem como se o escritório terá ligações com a CPA, mas não obteve respostas até a data de fechamento desta matéria. O professor Aluisio Augusto Cotrim Segurado, nomeado pelo reitor para assumir o escritório, também não respondeu às perguntas do *Informativo*. Segurado, que é docente da Faculdade de Medicina, foi vice-reitor-executivo de Relações Internacionais durante a gestão Rodas. O cargo foi extinto posteriormente.



Professor Aluisio Cotrim Segurado



Professor Rudinei Toneto Júnior

a ser divulgados ao público. Contribui para esta possibilidade o fato de que a Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”) já iniciou suas atividades.

O *Informativo Adusp* indagou à Reitoria se a criação do EGIDA pressupõe a futura exposição pública do desempenho acadêmico

Convênios. O Escritório de Desenvolvimento de Parcerias atuará, segundo a Portaria GR 7.257, “junto às seguintes áreas, entre outras correlatas: gestão de convênios, exceto os acadêmicos; fundos patrimoniais; estabelecimento de parcerias e gestão de ativos”. Suas principais atribui-

ções serão “I – gerir o Programa Parceiros da USP, instituído pela Resolução 7.157, de 10-12-2015” e “II – monitorar a execução e a prestação de contas dos convênios que envolvam recursos, *inclusive aqueles firmados com as fundações de apoio*” (grifos nossos).

Cerca de trinta fundações privadas, ditas “de apoio”, mantêm algum tipo de laço com a USP. Constituídas por docentes, a maioria delas utiliza-se de alguma forma da estrutura pública da universidade para desenvolver atividades privadas e oferecer cursos pagos. O último dado disponível é de 2014, quando a Reitoria divulgou que a USP mantinha nada menos do que 197 diferentes convênios com 16 dessas fundações privadas (<https://bit.ly/2LB3p8r>).

A benevolência da Reitoria com tais fundações não é uma novidade, mas é surpreendente que o reitor tenha nomeado coordenador do escritório o professor Rudinei Toneto Júnior, ex-coordenador da Codage e coordenador do pólo de Ribeirão Preto do Instituto de Estudos Avançados (IEA). Docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), Toneto Júnior é membro do Conselho Curador da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), entidade privada dita “de apoio” à FEARP. Ele também é pesquisador do Centro de Pesquisa em Economia Regional da Fundace. A fundação privada oferece cursos pagos denominados “MBA USP” e costuma espalhar pelas ruas de Ribeirão Preto *outdoors* nos quais a logomarca USP aparece em destaque.

Portanto, a presença de Toneto Júnior no cargo de coordenador do Escritório de Desenvolvimento de Parcerias implica óbvio conflito de interesses, uma vez que, como visto, caberá a esse órgão “monitorar a execução e a prestação de contas dos convênios que envolvam recursos, *inclusive aqueles firmados com as fundações de apoio*”. Tanto o professor como a Reitoria foram questionados pelo *Informativo Adusp* acerca do conflito de interesses, mas não responderam até o fechamento da reportagem.

Na universidade, culto ao “empreendedorismo” e à “inovação” esconde interesses privados

É cada vez mais comum, para os membros da comunidade USP, deparar-se com mensagens em sua caixa de e-mail institucional cujos títulos contenham as palavras “empreendedorismo”, “inovação” e, principalmente, “Santander”. No mês de maio, por exemplo, a Agência USP de Inovação (Auspin), autora destes e-mails, convidou todos para as diversas palestras sobre *internet of things*, *design thinking*, *blockchain* e *fintechs* que compunham a “Semana IBM”.

Eventos como esses são sediados na Arena Santander, espaço inaugurado em 2017 pelo então reitor M. A. Zago, seu vice e atual reitor Vahan Agopyan, o presidente do Santander no Brasil Sérgio Rial e o secretário especial do banco na área de Micro e Pequenas Empresas, José Ricardo Martins de Veiga. A Arena Santander tem oferecido, regularmente, palestras com títulos pitorescos, tais como “Empreendedorismo pelas lentes de Hollywood” (14/6), “Como lidar com a procrastinação” (19/6), “O que você pode fazer pela autoestima?” (26/6) e até “Empreendedorismo nas faculdades brasileiras: algumas ideias da Suíça” (28/6) (<https://bit.ly/2uT4ChD>). A curadoria dos eventos fica a cargo da Auspin, coordenada pelo professor Antonio Carlos Marques.

A relação entre a USP e o banco espanhol está longe de ser uma novidade. Iniciou-se em 2001 e já foi abordada em detalhes pela *Revista Adusp* (<https://bit.ly/2mJQ9jj>). Os reitores da USP sempre foram protagonistas neste inusitado relacionamento entre universidade pública e banco privado: em 2009 a reitora Suely Vilela foi garota-propaganda de um comercial do banco logo retirado do ar e em 2016 o reitor Zago presidiu a Rede Universitária Iberoamericana de Incubação de Empresas (RedEmprendia), um dos braços da “Divisão Global Santander Universidades”.

Em 2018, o reitor Vahan Agopyan participou do IV Encontro Internacional de Reitores Universia, na Espanha, onde participou do painel “Fomento e ativação do empreendedorismo universitário”. O evento foi organizado pela Rede Universia, outra iniciativa do Santander. Na conclusão do encontro

de reitores, foi divulgado um texto-síntese dos debates, intitulado “Declaração de Salamanca”. Um trecho do documento possibilita um vislumbre do conteúdo do evento:

“Os debates que surgiram em Salamanca 2018 apontam para algumas ações e programas que são especialmente relevantes para as universidades, como: flexibilizar e aplicar métodos educacionais inovadores e repensar os processos organizacionais, administrativos e de sustentabilidade; alianças, cursos e certificações com empresas de diferentes setores; modelos novos e alternativos de certificação e integração com plataformas globais; ofertas de formação híbrida e programas de treinamento e reciclagem no local de trabalho, no âmbito de uma formação adaptada às necessidades do aluno e que se prolongue por toda vida; novos diplomas, especialmente os relacionados à ciência da computação, inteligência artificial, ciência de dados e tecnologia; e uma maior ênfase na educação humanista, bem como nas competências transversais dos alunos” (grifos nossos).

É fácil confundir a Rede Universia e a RedEmprendia, mas a diferenciação entre as duas é importante. A Rede Universia é mais ampla e mais antiga, criada em 2000 para servir como uma rede internacional de universidades e que já conta com mais de 1.300 instituições (das quais 364 no Brasil), voltada a “atuar como agente de mudança, ajudando as universidades a desenvolver projetos compartilhados e gerar novas oportunidades para a comunidade universitária, atendendo à demanda do meio empresarial e institucional e com critérios de eficiência econômica e rentabilidade”.

Já a RedEmprendia é mais recente, foi criada em 2009, e conta com apenas quatro universidades brasileiras: USP, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua missão é mais específica que a da Universia. Em uma lista de cinco objetivos, a RedEmprendia coloca como primeiro o seguinte: “Envolver todos os países da Ibe-

ro-América e as suas universidades pela aposta numa ‘Universidade Empreendedora’ com vista a criar uma forte cultura de inovação e empreendedorismo nas comunidades universitárias, procurando que isto também seja transferido para a sociedade e que seja institucionalizada como uma nova e imprescindível missão, como é o caso da docência e da investigação”.

A relação do banco com as universidades, então, aparenta ter diversas “segundas” intenções. Uma delas, talvez a mais óbvia, é utilizar instituições de ensino respeitadas, como a USP, como instrumentos publicitários. Em 2016, por exemplo, o investimento do Santander Universidades com todas suas parcerias internacionais foi de € 57 milhões (cerca de R\$ 707 milhões), uma quantia razoável, mas muito pequena quando comparada ao lucro do banco, que naquele mesmo ano, apenas no Brasil, foi de R\$ 7,3 bilhões. Assim, com uma pequena fração de seu capital o banco consegue ser divulgado para futuros clientes universitários de diversos países, além de construir sua marca com um simpático viés social.

PIPE e “mercado”. Outro motivo subjacente pelo qual o banco explora a expressão “empreendedorismo” é, talvez, incentivar que estudantes e pesquisadores da universidade direcionem suas atividades acadêmicas para a criação de pequenas e médias empresas, possivelmente com empréstimos do próprio banco. Tal intenção transparece numa das palestras oferecidas em junho, “Projeto PIPE - Seja um empreendedor ao final da pós-graduação” (28/6). O programa denominado Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) (<https://bit.ly/2LpX3JG>), mantido pela Fapesp, “apoia a execução de pesquisa científica e/ou tecnológica em pequenas empresas no Estado de São Paulo”, e tem entre seus objetivos “possibilitar que as empresas se associem a pesquisadores do ambiente acadêmico em projetos de pesquisa visando à inovação tecnológica”.

Na fase 1, de pesquisa sobre a viabilidade técnica das propostas, a Fapesp financia os projetos inscritos no PIPE em até R\$ 200 mil. Na

fase 2, de “desenvolvimento da proposta de pesquisa propriamente dita”, cada projeto pode receber até R\$ 1 milhão da Fapesp. Na fase 3, porém, quando se espera “que a pequena empresa realize o desenvolvimento comercial e industrial dos produtos ou processos, com base nos resultados das Fases 1 e 2”, os recursos “devem ser obtidos pela empresa junto ao mercado ou outras agências de financiamento a empresas”. Por “mercado”, leia-se: bancos, entre eles o Santander.

A idealização projetada por esta “cultura empreendedora” é cada vez mais construída pela mídia e por empresas privadas como uma solução para os estudantes, de se incluir no mercado sem um emprego assalariado. Porém, segundo estudo realizado pela empresa Startup Farm, 74% das startups brasileiras entram em processo de falência antes de cinco anos. O provável futuro para os pesquisadores que adotam o “empreendedorismo” incentivado pelo Santander é, então, um endividamento com o banco.

O Santander, entretanto, não é a única empresa focada em se revestir de agente social por intermédio do culto ao empreendedorismo na universidade. Em junho de 2018, as poderosas multinacionais Monsanto e Procter & Gamble patrocinaram o evento “Elas pela USP”, com apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e do Escritório USP Mulheres e colaboração do Núcleo de Empreendedorismo da USP e da Rede Mulher Empreendedora. Uma das palestras do evento foi intitulada “Medidas empresariais para a igualdade de gênero”, ministrada pela Monsanto, empresa da área de agricultura e biotecnologia responsável pela comercialização de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos, assim como protagonista de incontáveis controvérsias. Apenas para citar um exemplo: em 2014 mulheres indígenas da Guatemala protagonizaram protestos contra a empresa, lutando para garantir a plantação de espécies de milho utilizadas por nativos durante gerações, ameaçada pelas patentes e sementes transgênicas da empresa.

Ernst Wolfgang Hamburger (1933-2018)

Faleceu no dia 4/7, aos 85 anos, o professor Ernst Wolfgang Hamburger, vítima de um linfoma.

“Ernesto”, como era carinhosamente chamado por seus alunos e colegas, exerceu destacado papel não apenas no Instituto de Física (IF) da USP, mas na ciência brasileira, como professor, como pesquisador e como divulgador do conhecimento científico. Presidiu a Associação dos Docentes da USP (Adusp) e tomou parte em embates importantes contra a Ditadura Militar.

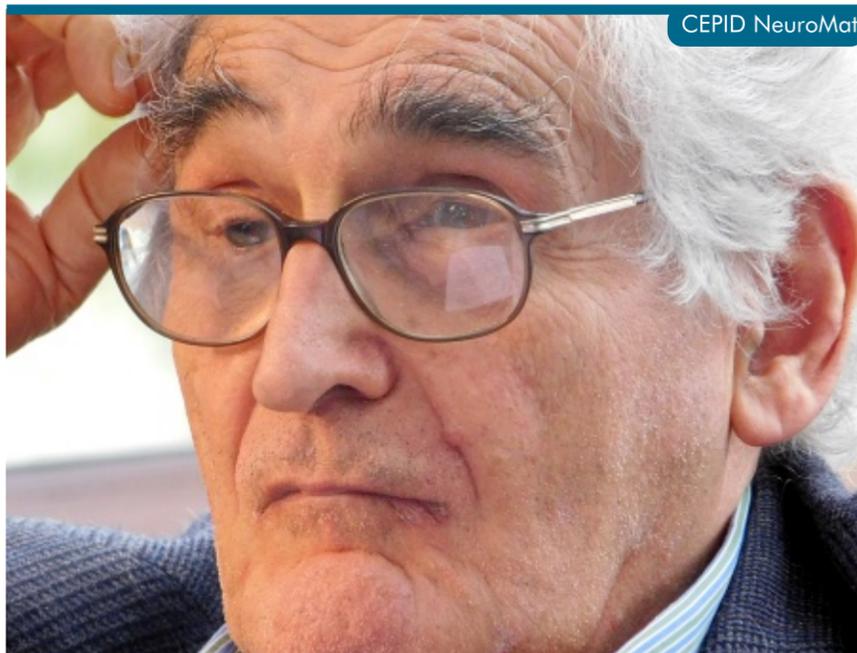
De família judia, Ernst Hamburger nasceu em Berlim, na Alemanha, em julho de 1933, mesmo ano em que Adolf Hitler chegou ao poder. Em 1936, a família decidiu emigrar para fugir da perseguição nazista e chegou ao Brasil em outubro do mesmo ano, instalando-se na cidade de São Paulo.

Ingressou no curso de Física da então Faculdade de Filosofia da USP e, ainda na graduação, foi estagiário na montagem do acelerador eletrostático Van der Graaff, aproximando-se da física nuclear, sua área de pesquisa. Formou-se em 1954. Em 1956 foi para os Estados Unidos, onde realizou seu doutorado na Universidade de Pittsburgh, juntamente com a esposa, a também física Amélia Império, que fora sua colega na graduação. Após fazer a livre-docência na USP, em 1962, prestou concurso para professor titular em 1967, tornando-se docente da universidade aos 34 anos.

Dedicou-se a combater a evasão dos graduandos em Física por meio do engajamento em experiências práticas, criou o Simpósio Nacional de Ensino de Física, colaborou na criação da Pós-Graduação no ensino de Física e publicou importantes trabalhos sobre a estrutura dos núcleos atômicos e sobre as reações nucleares.

No final da década de 1970 criou o Laboratório de Demonstrações do IF, voltado para divulgação de experimentos e fenômenos da física, dando assistência didático-pedagógica aos docentes do instituto e da Escola Politécnica (EP). O laboratório, inicialmente denominado “Prateleira de Demonstrações”, foi mais tarde, em sua homenagem, batizado com seu nome.

Entre 1994 e 2003, Hamburger dirigiu a Estação Ciência, museu da USP com exposições interativas sobre diversas áreas científicas, hoje inativo por descaso da



CEPID NeuroMat

Ao lado, o professor Ernst W. Hamburger por ocasião da mesa-redonda “Challenges of Scientific Dissemination”, evento realizado em sua homenagem, 9 de junho de 2016

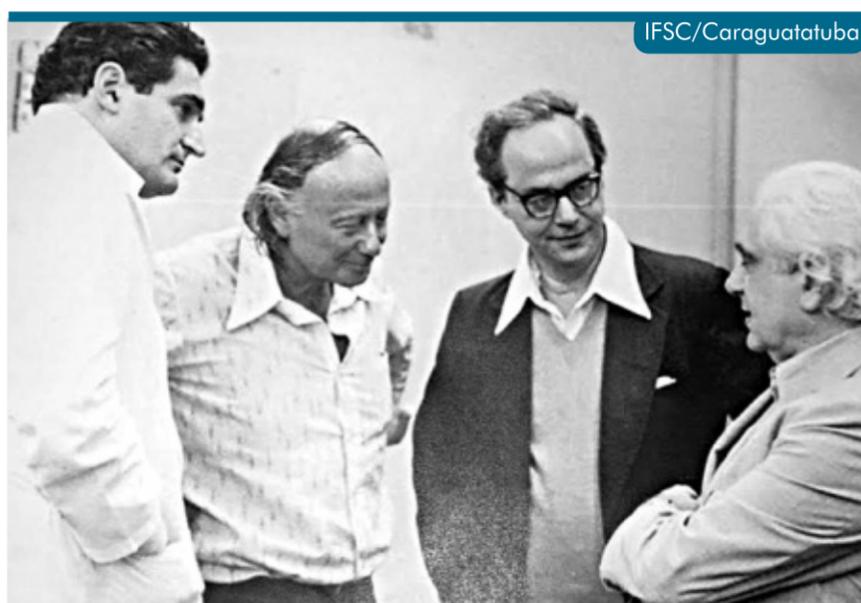
Abaixo, na década de 1980, Hamburger (primeiro à esquerda) com os colegas Iuda Lejbman, Rocha Barros e Mário Schenberg

Reitoria. Suas iniciativas no setor de divulgação foram distinguidas com duas importantes honrarias: o Prêmio José Reis de Divulgação Científica, do CNPq (1994) e o Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência, da Unesco (2000). Ele também foi diretor do IF.

Carta ao ditador. Hamburger não se omitiu na luta contra a Ditadura Militar. Participou da fundação da Adusp e foi, posteriormente, presidente do sindicato. Antes disso, porém, na condição de secretário-geral da Sociedade Brasileira de Física, foi signatário de uma corajosa carta ao ditador Garrastazu Médici, protestando contra o Ato Complementar nº 75, que afastava das universidades públicas os professores e cientistas tidos como contestadores.

A carta encaminhada a Médici, após registrar que “vários membros da Sociedade Brasileira de Física, entre eles alguns de seus diretores, mundialmente conhecidos e respeitados pelo alto valor de suas atividades profissionais, estão sendo impedidos de trabalhar em entidades públicas ou subvencionadas, por força do referido Ato Complementar nº 75”, e que “estão sendo absolutamente impedidos de trabalhar, a menos que abram mão de sua dignidade profissional, que contrariem suas aptidões já identificadas e plenamente desenvolvidas, que considerem nulos os longos anos de estudo e de trabalho, dentro e fora do Brasil, que renunciem a colaborar para o progresso da Humanidade no setor a que dedicaram toda a sua existência”, fazia duras críticas à legislação ditatorial.

“Ainda que se aceitassem como justas as punições sofridas por aqueles físicos”, continuava



IFSC/Caraguatatuba

ele, “e não se pode aquilatar da justiça, uma vez que, como é do conhecimento de Vossa Excelência, nem os punidos nem o signatário sabem os motivos das punições, o Ato Complementar nº 75, além de configurar um atentado frontal à liberdade de trabalho, representa a negação de outros princípios fundamentais inerentes à preservação da dignidade humana e consagrados pelas tradições jurídicas dos povos civilizados”.

E arrematava: “Por todos esses fundamentos, na expectativa de que os atos de Vossa Excelência confirmem as intenções proclamadas, o petição solicita a Vossa Excelência que, no uso da faculdade assegurada pelo artigo 182, parágrafo único, da Constituição vigente, decrete, após ouvido o Conselho de Segurança Nacional, a revogação do Ato Complementar nº 75”. O episódio é relatado no livro *O Controle Ideológico na USP* (<https://bit.ly/2uL6bhx>), p. 62 a 64.

Em 1977, depois que o regime militar proibiu a realização da 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Reitoria da USP

recusou-se a sediá-la, Hamburger e outros membros da entidade, como a professora Carolina Bori, enfrentaram o veto e conseguiram realizar o encontro na Pontifícia Universidade Católica (PUC): “Ele organizou uma Comissão de Associados da SBPC num grande movimento nacional e, com a colaboração do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, essa importante reunião aconteceu na PUC São Paulo”, relata o professor sênior João Zanetic, que foi seu colega no IF.

Ernst e Amélia, que também se tornou docente da USP, lecionaram por décadas no IF, legando uma memorável lição de amor à ciência desinteressada e ao ensino público. Amélia faleceu em 2011 (<https://bit.ly/2ObMuaR>). O casal deixou cinco filhos: Sônia, Vera, Fernando, o cineasta Cao e a antropóloga Maria Esther, professora do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes (ECA).

Em 2013, o Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão em Neuromatemática (Cepid NeuroMat) produziu um vídeo em homenagem ao professor, disponível aqui: https://youtu.be/bpze1Mp_6A8.